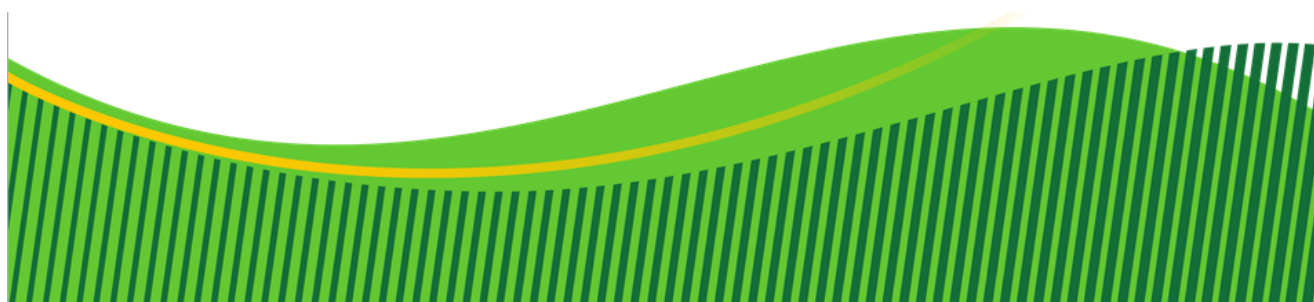


# Relatório Anual 2018

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar –Chácara das Pedras  
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS  
Agudo - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS  
CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>612.478</b>	<b>594.428</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>192.601</b>	<b>180.634</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.172	3.649	DEPÓSITOS (NOTA 12)	59.908	54.995
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	5.730	5.381	Depósitos à Vista	45.047	37.500
Carteira Própria	5.730	5.381	Depósitos a Prazo	14.861	17.495
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	391.155	395.152	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	103.477	88.645
Correspondentes no país	406	335	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	15	3
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	390.749	394.817	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	103.462	88.642
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	196.677	178.755	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.495	1.294
Operações de Crédito	210.849	192.611	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.495	1.294
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.172)	(13.856)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	8.226
OUTROS CRÉDITOS	11.192	10.275	Empréstimos País - Outras Instituições	-	8.226
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	268	550	OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.721	27.474
Rendas a Receber	1.591	1.409	Cobrança e Arrecadação de Tributos	164	170
Créditos Específicos	344	324	Sociais e Estatutárias	4.064	3.131
Diversos (NOTA 07 e 08)	9.754	8.991	Fiscais e Previdenciárias	928	901
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(765)	(999)	Diversas (NOTA 15)	22.565	23.272
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1.552	1.216			
Outros Valores e Bens	1.666	1.348			
(Provisão para desvalorização)	(154)	(153)			
Despesas Antecipadas	40	21			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>158.178</b>	<b>103.749</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>378.763</b>	<b>341.611</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	30.887	6.657	DEPÓSITOS (NOTA 12)	375.519	339.126
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.887	6.657	Depósitos Interfinanceiros	9.254	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	89.838	63.376	Depósitos a Prazo	366.265	339.126
Operações de Crédito	101.320	74.507	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	3.244	2.485
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.482)	(11.131)	Repasse Interfinanceiros	3.244	2.485
OUTROS CRÉDITOS	1.855	1.442			
Diversos (NOTA 07 e 08)	1.932	1.474	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>199.292</b>	<b>175.932</b>
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(77)	(32)	<b>CAPITAL SOCIAL</b> (NOTA 17)	<b>78.708</b>	<b>73.033</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	25.178	24.182	De Domiciliados no País	78.717	73.039
Outros Investimentos	25.178	24.182	(Capital a Realizar)	(9)	(6)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	5.213	3.886	RESERVAS DE SOBRAS	110.079	92.991
Imóveis de Uso	1.624	1.624			
Outras Imobilizações de Uso	9.152	7.417	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	10.505	9.908
(Depreciação acumulada)	(5.563)	(5.155)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.207	4.206			
Outros Ativos Intangíveis	10.540	8.470			
(Amortização acumulada)	(5.333)	(4.264)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>770.656</b>	<b>698.177</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>770.656</b>	<b>698.177</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS  
CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>24.806</b>	<b>-</b>	<b>24.806</b>	<b>50.493</b>	<b>-</b>	<b>50.493</b>	<b>52.065</b>	<b>-</b>	<b>52.065</b>
Operações de Crédito	24.208	-	24.208	49.504	-	49.504	51.312	-	51.312
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	597	-	597	980	-	980	751	-	751
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	9	-	9	2	-	2
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(19.247)</b>	<b>(45)</b>	<b>(19.292)</b>	<b>(30.081)</b>	<b>(78)</b>	<b>(30.159)</b>	<b>(38.997)</b>	<b>(536)</b>	<b>(39.533)</b>
Operações de Captação no Mercado	(11.645)	(45)	(11.690)	(22.309)	(78)	(22.387)	(30.529)	(55)	(30.584)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.178)	-	(2.178)	(4.684)	-	(4.684)	(4.830)	(481)	(5.311)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.424)	-	(5.424)	(3.088)	-	(3.088)	(3.638)	-	(3.638)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.559</b>	<b>(45)</b>	<b>5.514</b>	<b>20.412</b>	<b>(78)</b>	<b>20.334</b>	<b>13.068</b>	<b>(536)</b>	<b>12.532</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(289)</b>	<b>3.671</b>	<b>3.382</b>	<b>(569)</b>	<b>6.664</b>	<b>6.095</b>	<b>9.057</b>	<b>5.428</b>	<b>14.485</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.215	6.068	9.283	6.122	11.309	17.431	5.719	9.605	15.324
Rendas de Tarifas Bancárias	2.548	-	2.548	5.067	-	5.067	3.540	-	3.540
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.417)	(1.285)	(11.702)	(20.199)	(2.251)	(22.450)	(19.070)	(1.958)	(21.028)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(6.608)	(992)	(7.600)	(12.924)	(1.751)	(14.675)	(12.593)	(1.605)	(14.198)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(15)	(297)	(312)	(47)	(556)	(603)	(19)	(451)	(470)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	18.244	814	19.058	35.313	1.071	36.384	43.929	607	44.536
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.256)	(637)	(7.893)	(13.901)	(1.158)	(15.059)	(12.449)	(770)	(13.219)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.270</b>	<b>3.626</b>	<b>8.896</b>	<b>19.843</b>	<b>6.586</b>	<b>26.429</b>	<b>22.125</b>	<b>4.892</b>	<b>27.017</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>157</b>	<b>188</b>	<b>345</b>	<b>124</b>	<b>189</b>	<b>313</b>	<b>(417)</b>	<b>42</b>	<b>(375)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>5.427</b>	<b>3.814</b>	<b>9.241</b>	<b>19.967</b>	<b>6.775</b>	<b>26.742</b>	<b>21.708</b>	<b>4.934</b>	<b>26.642</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>306</b>	<b>306</b>	<b>-</b>	<b>563</b>	<b>563</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	186	186	-	367	367	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	120	120	-	196	196	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>5.427</b>	<b>4.120</b>	<b>9.547</b>	<b>19.967</b>	<b>7.338</b>	<b>27.305</b>	<b>21.708</b>	<b>4.934</b>	<b>26.642</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.338</b>	<b>(7.338)</b>	<b>-</b>	<b>4.934</b>	<b>(4.934)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>5.427</b>	<b>4.120</b>	<b>9.547</b>	<b>27.305</b>	<b>-</b>	<b>27.305</b>	<b>26.642</b>	<b>-</b>	<b>26.642</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.800)</b>	<b>-</b>	<b>(16.800)</b>	<b>(16.734)</b>	<b>-</b>	<b>(16.734)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.670)	-	(4.670)	(5.718)	-	(5.718)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.050)	-	(1.050)	(991)	-	(991)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.454)	-	(9.454)	(8.917)	-	(8.917)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.626)	-	(1.626)	(1.108)	-	(1.108)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.505</b>	<b>-</b>	<b>10.505</b>	<b>9.908</b>	<b>-</b>	<b>9.908</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS**  
**CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>65.934</b>	<b>78.335</b>	<b>9.458</b>	<b>153.727</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.968	-	(2.968)	-
Destinações para reservas	-	4.358	(4.358)	-
Outras destinações	-	-	(2.132)	(2.132)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.421	-	-	2.421
Baixas de capital	(3.915)	-	-	(3.915)
Reversões de reservas	-	273	-	273
Resultado do período	-	-	26.642	26.642
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(991)	(991)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.917	(8.917)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.625	-	(5.718)	(93)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.108	(1.108)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>73.033</b>	<b>92.991</b>	<b>9.908</b>	<b>175.932</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>7.099</b>	<b>14.656</b>	<b>450</b>	<b>22.205</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>73.033</b>	<b>92.991</b>	<b>9.908</b>	<b>175.932</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.962	-	(2.962)	-
Destinações para reservas	-	6.008	(6.008)	-
Outras destinações	-	-	(938)	(938)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.715	-	-	2.715
Baixas de capital	(4.575)	-	-	(4.575)
Resultado do período	-	-	27.305	27.305
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.050)	(1.050)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.454	(9.454)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.573	-	(4.670)	(97)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.626	(1.626)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>78.708</b>	<b>110.079</b>	<b>10.505</b>	<b>199.292</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>5.675</b>	<b>17.088</b>	<b>597</b>	<b>23.360</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)</b>	<b>74.899</b>	<b>98.999</b>	<b>17.758</b>	<b>191.656</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	1.655	-	-	1.655
Baixas de capital	(2.419)	-	-	(2.419)
Resultado do período	-	-	9.547	9.547
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.050)	(1.050)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.454	(9.454)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.573	-	(4.670)	(97)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.626	(1.626)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>78.708</b>	<b>110.079</b>	<b>10.505</b>	<b>199.292</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.809</b>	<b>11.080</b>	<b>(7.253)</b>	<b>7.636</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS**  
**CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>14.398</b>	<b>28.815</b>	<b>28.833</b>
Resultado do semestre/exercício	9.547	27.305	26.642
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>4.851</b>	<b>1.510</b>	<b>2.191</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	4.956	667	(146)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	5	1	119
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	52	(189)	522
Depreciação do imobilizado de uso	466	903	850
Amortização do intangível	562	1.069	1.044
Baixas do ativo permanente	25	43	52
Provisão para passivos contingentes	29	40	421
Destinações ao FATES	(1.050)	(1.050)	(991)
Dividendos SicrediPar	(194)	26	320
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(114.052)</b>	<b>(22.125)</b>	<b>22.908</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(24.019)	(24.230)	(3.294)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(177)	(349)	(5.381)
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.281	-	-
Redução em créditos vinculados	36	-	-
(Aumento) em relações com correspondentes	(92)	(70)	(18)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(97.253)	(45.051)	1.317
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	51.693	15.590	(2.710)
(Aumento) Redução em outros créditos	247	(1.168)	(2.523)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(205)	(336)	1.240
Aumento (Redução) em depósitos	(40.998)	41.306	30.821
Aumento em relações interdependências passivas	982	201	194
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(9.510)	(8.226)	(23)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.098)	(2.171)	(1.681)
Aumento em outras obrigações	5.061	2.379	4.966
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(99.654)</b>	<b>6.690</b>	<b>51.741</b>
Aquisição de Investimentos	-	(996)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.277)	(2.274)	(845)
Aplicações no Intangível	(705)	(2.070)	(1.132)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(1.982)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(1.977)</b>
Integralização de capital	1.655	2.715	2.421
Baixa de capital	(2.419)	(4.575)	(3.915)
Juros ao capital próprio	(97)	(97)	(93)
Distribuição de Sobras	-	(938)	(2.132)
Reversões de reservas	-	-	273
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(861)</b>	<b>(2.895)</b>	<b>(3.446)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(102.497)</b>	<b>(1.545)</b>	<b>46.318</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	499.418	398.466	352.148
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	396.921	396.921	398.466

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/08/1927 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2019.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### **l) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **m) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **o) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**p) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**q) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	6.172	3.649
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	390.749	394.817
Total	396.921	398.466

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.887	6.657
DI entre Banco e Cooperativas	21.778	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.109	6.657
Total não circulante	30.887	6.657

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	5.730	5.381
Total circulante	5.730	5.381

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	67.772	23.226	90.998	91.203
Financiamentos	33.958	72.340	106.298	79.130
Financiamentos rurais e agroindustriais	109.119	5.754	114.873	96.785
Carteira total	210.849	101.320	312.169	267.118

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	268	-	268	550
Devedores por compra de valores e bens	682	1.930	2.612	1.996
Títulos e créditos a receber (i)	7.538	2	7.540	5.692
Total	8.488	1.932	10.420	8.238

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	59	-	-	-
Nível A	0,50	98.760	104.335	494	522
Nível B	1,00	80.046	58.635	800	587
Nível C	3,00	68.743	52.773	2.062	1.583
Nível D	10,00	52.162	34.388	5.216	3.439
Nível E	30,00	4.715	4.721	1.415	1.416
Nível F	50,00	3.254	3.937	1.627	1.969
Nível G	70,00	1.042	1.924	729	1.347
Nível H	100,00	13.808	14.643	13.808	14.643
Total (i)		322.589	275.356	26.151	25.506

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 345 (2017 - R\$ 512).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2018				Total da Carteira	2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.613	22.269	51.741	69.023	144.646	126.375
Rural	70	7.097	101.952	5.754	114.873	96.785
Industrial	14	1.466	1.499	2.171	5.150	4.267
Comércio	331	11.808	11.718	18.253	42.110	34.872
Outros Serviços	217	3.095	4.447	8.051	15.810	13.057
Total	2.245	45.735	171.357	103.252	322.589	275.356

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	27.222	8,44	27.448	9,97
50 devedores seguintes	35.553	11,02	29.910	10,86
100 devedores seguintes	33.088	10,26	25.591	9,29
Demais	226.726	70,28	192.407	69,88
Total	322.589	100	275.356	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial	26.018	25.642
Constituição de provisão	3.088	3.638
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.610)	(3.262)
Saldo final	26.496	26.018

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.702 (2017 - R\$ 2.079), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.799 (2017 - R\$ 9.986).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	91	108
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	453	1.757
Devedores por compra de valores e bens	682	523
Devedores por depósitos em garantia	90	61
Impostos e contribuições a compensar	458	529
Títulos e créditos a receber	7.538	5.691
Valores honrados	-	6
Cotas de consórcio	104	202
Devedores por convênios	1	-
Operações com cartões	189	28
Pendências a regularizar	54	18
Outros	94	68
<b>Total Circulante</b>	<b>9.754</b>	<b>8.991</b>
Devedores por compra de valores e bens	1.930	1.473
Títulos e créditos a receber	2	1
<b>Total não circulante</b>	<b>1.932</b>	<b>1.474</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio	1.666	1.348
Imóveis	1.359	768
Veículos e afins	121	304
Máquinas e equipamentos	160	75
Bens em regime especial	26	201
Despesas antecipadas	40	21
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(154)	(153)
<b>Total Circulante</b>	<b>1.552</b>	<b>1.216</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 154 (2017 - R\$ 153) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.236	12.240
Sicredi Participações S.A.	11.941	11.941
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>25.178</b>	<b>24.182</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	3.872.883 ON	3.872.883 ON	1	1	13.235.692	12.239.983
	8.068.533 PN	8.068.533 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,36%	1,36%	0,62%	0,61%	3,45%	3,49%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	11.941	11.941	1	1	13.236	12.240

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.776	(5.563)	5.213	3.886
Imobilizações em curso	-	377	-	377	11
Terrenos	-	115	-	115	115
Edificações	4%	1.509	(502)	1.007	1.092
Instalações	10%	1.802	(799)	1.003	652
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.281	(1.154)	1.127	669
Sistema de comunicação	10%	326	(190)	136	150
Sistema de processamento de dados	20%	2.391	(1.854)	537	597
Sistema de segurança	10%	852	(402)	450	337
Sistema de transporte	20%	1.123	(662)	461	263
Intangível (i)		10.540	(5.333)	5.207	4.206
Investimentos Confederação		10.540	(5.333)	5.207	4.206
<b>Total</b>		<b>21.316</b>	<b>(10.896)</b>	<b>10.420</b>	<b>8.092</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	45.047	-	-	45.047	37.500
Depósitos Interfinanceiros	-	-	9.254	9.254	-
Depósitos a prazo	13.649	1.212	366.265	381.126	356.621
<b>Total</b>	<b>58.696</b>	<b>1.212</b>	<b>375.519</b>	<b>435.427</b>	<b>394.121</b>

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	103.462	88.642
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	103.462	88.642
<b>Total circulante</b>	<b>103.462</b>	<b>88.642</b>
Recursos do Crédito Rural	3.244	2.485
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.244	2.485
<b>Total não circulante</b>	<b>3.244</b>	<b>2.485</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/09/2026, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	8.226
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	8.226
<b>Total circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.226</b>

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	340	4.159
Obrigações por convênios oficiais	6	9
Provisão para pagamentos a efetuar	5.589	5.344
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	521	481
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	7.721	6.676
Pendências a regularizar	198	40
Operações com cartões	7.251	5.509
Demais fornecedores	426	444
Credores diversos	513	610
Total circulante	22.565	23.272

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	449	-	-	449
Cível	32	87	(47)	72
Total	481	87	(47)	521

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	449	449
Cível	Provável	72	32
Total		521	481

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 2.393 e R\$ 2074 (2017 - R\$ 254 e R\$ 2.074), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 11060.002557/2006-91 desde 18/10/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo PIS e COFINS. O processo encontra-se em fase de recursos voluntário tramitando junto ao 2º Conselho de Contribuintes, atingindo o valor de R\$ 1.706, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

A Cooperativa, adicionalmente, também possui em andamento o processo administrativo nº 38810573, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 368, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	78.708	73.033
Total de associados	56.966	60.444

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.675 (2017 – R\$ 7.099), sendo R\$ 7.535 (2017 – R\$ 8.593) via integralização de resultados e R\$ 2.715 (2017 – R\$ 2.421), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.575 (2017 – R\$ 3.915).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,29% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.670, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.



**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.742	26.642
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.232)	(11.190)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	13	-
Provisão resgate de milhas cartão	14	7
Provisão PPR	8	55
Receita com atos cooperativos	8.386	9.117
Juros sobre capital próprio	1.961	2.402
Outros	1.413	(391)
Subtotal	11.795	11.190
IRPJ e CSLL registrados no resultado	563	-

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	30.887	6.657
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	5.730	5.381
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	390.749	394.817
Outros Créditos - Rendas a receber	1.258	1.035
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	481	1.789
Investimentos (Nota 10)	25.178	24.182
Intangível (Nota 11)	5.207	4.206
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	106.706	91.127
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	8.226
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	7.638	5.511
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	980	751
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.170	6.537
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	28.541	38.499
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	4.684	5.311
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	498	478
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	7.368	6.842

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	62	0,14%	166
Depósitos a prazo	3.058	0,80%	2.696
Operações de crédito	836	0,27%	765

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.834	2.541

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	515	472
Despesa de aluguéis	1.182	1.119
Despesa de comunicação	833	840
Despesa de manutenção e conservação	933	821
Despesa de material	355	360
Despesa processamento dados	322	241
Despesa de promoções e relações públicas	1.187	1.993
Despesa de propaganda e publicidade	158	181
Despesa de seguro	98	81
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.388	1.324
Despesa de serviços de terceiros	459	451
Despesa de serviços de vigilância e segurança	925	855
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.181	822
Despesa de serviços de transportes	997	915
Despesa de viagem	55	30
Despesa de depreciação	903	850
Outras despesas administrativas	3.184	2.843
<b>Total</b>	<b>14.675</b>	<b>14.198</b>

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.443	2.158
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	27.575	37.180
Reversão de provisões operacionais	4.148	2.813
Outras rendas operacionais	3.218	2.385
<b>Total</b>	<b>36.384</b>	<b>44.536</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	460	677
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	145	176
Contribuição Confederação Sicredi	5.367	4.495
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	630	544
Encargos da administração financeira	183	211
Repasse administradora de Cartões	255	488
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.069	1.044
Outras provisões operacionais	4.800	4.124
Outras despesas operacionais	2.032	1.351
<b>Total</b>	<b>15.059</b>	<b>13.219</b>

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	157.333	155.327
Coobrigações em cessões de crédito	8	9
<b>Total</b>	<b>157.341</b>	<b>155.336</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

#### III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

---

#### **NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

<b>Limites operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>194.085</b>	173.096
<b>Nível I (NI)</b>	<b>194.085</b>	173.096
<b>Capital principal - CP</b>	<b>194.085</b>	173.096
Capital social	<b>78.708</b>	73.033
Reservas de capital	<b>110.079</b>	92.991
Lucros acumulados	<b>10.505</b>	9.908
Ajustes Prudenciais	<b>(5.207)</b>	(2.836)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>544.509</b>	490.015
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>351</b>	293
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>136.561</b>	121.351
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>35,64%</b>	35,32%
Situação de Imobilização (Imob)	<b>5.214</b>	5.256
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>2,69%</b>	3,04%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### **NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Dilamar Valnei Rusch  
Diretor Executivo  
CPF: 640.897.700-68

---

Marlon Norton Kobs  
Diretor de Operações  
CPF: 910.057.600-04

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20